

Bolsonaro reconheceu o erro

» SACHA CALMON
Advogado



pressão de “pescador de águas turvas”.

Estou de acordo, há dois regimes de testáveis, o comunismo e a ditadura disfarçada de democracia, o regime que Bolsonaro almeja com todas as forças do seu pendor ditatorial direitista. Segundo Guilherme Peixoto, o presidente da República não cumpriu a promessa de que apresentaria provas de fraude nas urnas eletrônicas. A prosa semanal foi cercada de expectativas, após o anúncio de Bolsonaro, que assumiu ter apenas “indícios” de supostas irregularidades. Para sustentar sua cruzada pelo voto impresso, ele fez transmissão de duas horas e expôs uma série de vídeos, os quais foram desmentidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Durante mais de 30 minutos, Bolsonaro se alongou sobre temas como o momento econômico da Argentina e o pleito por uma cadeira no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Houve, também, críticas à corte eleitoral e ataques ao seu presidente, o ministro Luís Roberto Barroso. O presidente convocou a imprensa para assistir à exposição sobre as possíveis

“fraudes”, mas não permitiu perguntas dos jornalistas, por medo.

Ainda durante a transmissão, o TSE publicou, nas redes sociais, um grande compilado de checagens desmentindo as teorias propagandeadas por Bolsonaro. Problemas nas telas das urnas e exclusividade do Brasil no uso do sistema eletrônico foram alguns dos pontos refutados, com provas, pelo tribunal. Em dado momento, o presidente reconheceu que não há como cravar a existência de irregularidades. “Não tem como comprovar que as eleições foram ou não fraudadas. Um crime se revela com vários indícios”, disse ele. Um simulador foi utilizado com intuito de mostrar que os resultados obtidos por meio das urnas eletrônicas podem ser mudados. O vídeo de um suposto programador de dados chamado “Jefferson” foi exibido. Nas imagens, o rapaz diz que é possível fraudar o código-fonte da urna eletrônica, mas sequer mostrou dados. Ao lado de Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, estava um especialista em dados que atendia por “Eduardo”. Ridículo! Coisa de maluco, só mesmo no Brasil.

Depois que o presidente caiu de quatro nas provas de fraude na urna, reli artigo no Estado de Minas do engenheiro Viana Lara sobre as biografias do democrático Churchill, primeiro-ministro que conduziu a guerra contra os nazistas e fascistas, e de Goebbels, ministro de agitação e propaganda do regime nazista alemão. Pareceu-lhe ver neste último alguma virtude no que praticava: “Uma mentira repetida milhares de vezes torna-se verdade”. É o que o presidente faz!

Viana Lara declara fé na direita e horror ao comunismo, daí seu apoio ao atual governo por ser anticomunista. Um arrepiou correu-me pela espinha ante as ambiguidades das afirmações, porquanto perigo comunista no Brasil é miragem, tanto que o PCdoB é um cisco partidário. E tem mais. Lula (PT) governou o Brasil, após oito anos de FHC, de 2002 a 2010. FHC era de centro-esquerda e Lula de esquerda, porém democrática. No ano de 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil cresceu 7,8%, o que permitiu a eleição da chapa Dilma-Temer para governar a partir de 2011, sendo reeleita em 2014 e apeada do poder no meio do segundo mandato, sob acusações diversas, nunca, no entanto, a de impedir eleições.

Diferentemente de FHC e Lula (criador do Bolsa Família), não cheguei a apoiar Dilma, por achá-la inepta para governar o Brasil, que tem 38 partidos e donos de partidos (Bolsonaro já passou por oito siglas nancas). Agora, vai se filiar ao PP (centrão), negando a si mesmo. Nenhum deles implantou ou quis implantar o comunismo no Brasil, nem contestaram urnas eleitorais. O atual presidente é que tem o descaramento de ameaçar as eleições, inventando manipulações nas urnas eletrônicas para voltar ao nojento sistema dos votos em cédulas, gerando mil e uma reclamações e fraudes na totalização dos votos do sofrido eleitorado do Brasil (pois quer na urna eletrônica quer no voto em uma lista de papel, imensa e complicada, a totalização é idêntica). Nem é crível que as urnas sejam “arapucas” previamente “preparadas”. É desculpa típica de Bolsonaro, espelho subdesenvolvido do idiota que os Estados Unidos logo despacharam, o conhecido malandro Trump.

As besteiras bolsonianas são evidentes. A uma, o eleitor clica o número e aparece o resultado para a sua confirmação na tela. O eleitor sai satisfeito. A duas, nas cédulas de papel, o eleitor além de não ver a confirmação do candidato, fica confuso com o papelório, imenso, complexo, sem ter a chance de confirmar ou recomeçar a votar. Só doído pode imaginar centenas de milhares de urnas em eleições proporcionais ou majoritárias sendo preparadas, sob o comando de tribunais regionais e juízes de direito com funções eleitorais! Sua birra é somente para melar as eleições que ele vai perder. Está preparando confusão. A ele se aplica a ex-

O futuro incerto das economias carbonizadas

» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

As emissões globais de gases de efeito estufa aumentaram em dois terços desde que as negociações internacionais sobre as mudanças climáticas começaram, há três décadas. De acordo com o Painel Intergovernamental das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, limitar o aquecimento global à prudente marca de 1,5°C exigirá o corte das emissões de dióxido de carbono — relativos aos valores de 2010 — em 45% até 2030, e 100% até 2050. Um enorme desafio que se aplica a todos coletivamente — países, empresas e indivíduos, que precisarão se unir em torno de uma agenda de descarbonização em praticamente todos os setores da sociedade — energia, agricultura, transporte, infraestrutura, sistemas industriais, dentre outros.

Ao contrário de muitos outros problemas, como drogas, violência e pobreza, as mudanças climáticas têm alcançado crescente prioridade na agenda da sociedade, mobilizando pensamento estratégico e diplomacia para a tão necessária mudança de comportamento que leve à descarbonização da economia global. E a engenharia de sistemas de baixa emissão tem dado sinais animadores de progresso, na medida em que empresas, governos e consumidores estão cada vez mais dispostos a testar e implantar inovações. Avanços tecnológicos são observados em setores como geração de eletricidade, agricultura, automóveis, edifícios, navegação, aviação e siderurgia, que juntos produzem cerca de 80% das emissões mundiais.

Embora os esforços diplomáticos e os acordos internacionais sejam muito importantes para apontar direções e buscar consensos em torno do complexo desafio de descarbonizar a economia global, é cada vez mais claro que mecanismos acessórios serão necessários para tornar mais célere o processo de mudança. O Acordo de Paris, principal compromisso mundial sobre as alterações

climáticas, envolve quase duas centenas de países, cada um com suas próprias agendas e interesses, o que limita a capacidade da diplomacia para produzir mudanças na velocidade que a crise climática exige. Por isso, tais acordos globais terão, cada vez mais, a função de definir referências e trajetórias possíveis, assumindo, no aspecto operacional, mais o papel de seguidores do que de líderes.

A boa notícia é que líderes mais visionários têm conseguido canalizar a energia que emerge da crescente preocupação da sociedade com o tema para o desenvolvimento de inovações, políticas públicas e incentivos à descarbonização. Um bom exemplo vem do setor automotivo, com o desenvolvimento de veículos elétricos, além de políticas e subsídios que estimulam mais inovação — como baterias mais potentes e sustentáveis, abastecidas com energia de baixo impacto e ampla infraestrutura de recarga. Tais avanços estão ganhando força e extravasando de nichos mais capazes e motivados para uma difusão mais ampla. Vários sinais indicam que a centenária e carbonizada indústria automobilística está se preparando para a inevitável mudança.

O fato é que governos e empresas recalitrantes e negacionistas das mudanças climáticas têm, cada vez mais, razões para rever sua rejeição à descarbonização. Líderes empresariais em todo o mundo estão aderindo ao conceito ESG (Environmental, Social and Corporate Governance) centrado no fortalecimento de práticas ambientais, sociais e de governança dos seus negócios, em resposta às expectativas de investidores cada vez mais exigentes em sustentabilidade. A premissa por trás do conceito ESG é que a riqueza tenderá a fluir na direção daqueles que estão dispostos a aderir a um novo mundo, que valoriza a sustentabilidade e o impacto social. É esperado que a crise climática e as metas globais de descarboni-

zação tenham crescente impacto na definição das métricas ESG, que passarão a aferir o desempenho de empresas, negócios e investimentos.

Outra preocupação para países que insistem em não tomar medidas para a redução das suas emissões é a decisão recente da União Europeia (UE) pela implementação de um “mecanismo de ajuste de carbono na fronteira”. Quando adotado, tal mecanismo dará aos países importadores condições de impor tarifas a empresas que se aproveitam de regulações ambientais frouxas nos seus países de origem. Após o anúncio da UE, o partido democrata nos Estados Unidos também propôs a criação de uma versão americana de imposto sobre as importações de carbono de países que carecem de políticas climáticas robustas. Canadá e Japão sinalizam interesse em mecanismo semelhante.

O Brasil tem razões de sobra para se preocupar com a conformação da agenda climática e das expectativas e metas de descarbonização em âmbito global. As temáticas relacionadas ao desmatamento ilegal e à integridade de biomas sensíveis e críticos para toda a humanidade, como a Amazônia, colocam o país em grande evidência. Evidência que enseja intenso escrutínio sobre as questões ambientais brasileiras, nem sempre com narrativas e avaliações corretas e justas, o que exige de nós substancial esforço em inteligência estratégica e diplomacia.

A perspectiva da consolidação de tributos sobre as importações de carbono, em diferentes países e mercados, é clara indicação de que a política climática estará cada vez mais entrelaçada à política comercial, com repercussões certas para a agricultura e os sistemas alimentares no futuro. Razão por que o assunto demanda especial atenção, considerando a nossa posição de grande exportador agrícola, crescentemente pressionado a reto-

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

Desigualdades educacionais

Se, hoje, nossos cientistas e pesquisadores têm de buscar no exterior meios para prosseguir suas pesquisas foi porque deixamos de dar a atenção devida e o valor que merece a educação, sobretudo, a pública. Hoje, nossas escolas públicas, apesar dos volumosos recursos que o governo diz alocar para o ensino, estão, em sua maioria, sucateadas ou, simplesmente, fechadas pela pandemia, deixando milhares de alunos sem aulas e sem perspectiva de retorno. Esse atraso, dizem os especialistas, será mais sentido no futuro, quando a situação atingir um nível crítico, comparável aos países mais pobres do planeta.

De cada cinco crianças e adolescentes, quatro estão matriculados em escolas públicas, em sua maioria ainda fechadas. Falar em recuperação da aprendizagem, perdida em 2020 é uma falácia. O mesmo se pode dizer da aprendizagem perdida no primeiro semestre de 2021. As escolas particulares estão ocupando esses espaços vazios, atendendo apenas os alunos de famílias da classe média para cima, deixando uma legião de brasileiros, filhos de famílias de baixa renda, no porão escuro do analfabetismo.

Esse vácuo deixado pela escola pública, por causa da pandemia, traz reflexos não apenas ao binômio ensino-aprendizagem, se estende à saúde, ao desenvolvimento mental e emocional, à segurança e à assistência social, já que muitas crianças deixam de ser atendidas nessas importantes áreas de seu crescimento como ser humano. Os mais atingidos são, sobretudo, aqueles alunos de famílias mais pobres das periferias das cidades.

Não bastasse a acentuada queda na renda familiar, a questão da segurança alimentar é também importante, uma vez que muitas crianças ficam sem a merenda escolar diariamente. São impactos que trarão problemas duradouros no futuro desses cidadãos. Esse é um tempo irrecuperável do ponto de vista do desenvolvimento humano. Infelizmente, não é uma preocupação que o brasileiro observa nas autoridades responsáveis por essas áreas. Não há um mutirão nacional em prol do ensino. Não há propagandas educativas, abordando esses problemas e suas consequências, muito menos orientando a população como proceder para enfrentar essa crise vivida na educação dos brasileiros. Nem as manchetes diárias abordam o assunto. É como se ele não existisse, ou fizesse parte apenas do cotidiano daqueles que se ocupam realmente com a questão.

Se, antes da pandemia, era um problema demasiadamente sério, agora, com o prolongamento da quarentena, ele adquiriu proporções catastróficas. Autoridades, em posição de influência, poderiam mudar essa paralisação. Mas elas têm filhos matriculados em escolas particulares e, portanto, não sentem o problema na pele, nem fazem ideia das repercussões negativas que o fechamento de escolas tem para o futuro do país.

Justamente, essas crianças e adolescentes da periferia são as que mais sentem os efeitos da pandemia e estão entre os mais esquecidos. Isso retira deles qualquer chance de alcançar um futuro minimamente decente. Não é difícil prever que essa defasagem irá aumentar além das desigualdades educacionais, já altas, as desigualdades econômicas entre ricos e pobres, tornando nosso país, que já é um campeão nesse quesito, um exemplo a ser evitado a todo custo.

De certo, essa é uma questão que, em um país sério e comprometido, deveria provocar um verdadeiro esforço de guerra para ser superada. Para aquelas crianças que estão há quase dois anos sem escola, ocorre um duplo prejuízo cognitivo: a perda de novos conhecimentos e o conteúdo que tinha aprendido, mas não apreendidos, foi apagado da memória.

Por outro lado, o afastamento prolongado faz aumentar, ainda mais, o desinteresse das crianças pela escola, isso sem falar que havia, anteriormente, uma grande evasão escolar. Para aquelas, em fase de alfabetização, os prejuízos são incalculáveis e, em alguns casos, irreversíveis.

» História de Brasília

Falta na Asa Norte: telefone, táxi, hospital, escola, jardim da infância, mercado e parede sem rachadura. (Publicada em 6/2/1962)